



Juventude
Desenvolvimento e
Advocacia Ambiental



ASCAT

Aliança da Sociedade Civil Conta
Usurpação de Terra em Moçambique



The Network for
Religious and
Traditional
Peacemakers

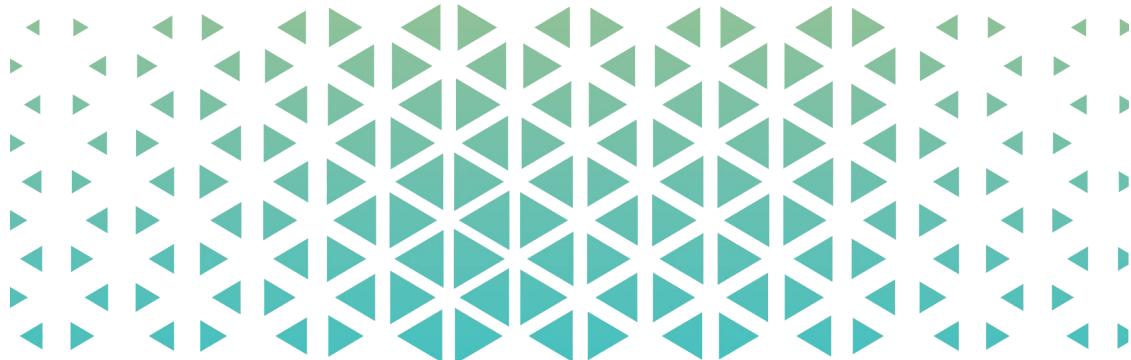


Conferência sobre a Governação dos Recursos Extractivos e Prevenção de Conflitos

Oportunidades e desafios para uma gestão
inclusiva e pacífica dos recursos
extractivos em Moçambique

Cidade de Maputo – Hotel Indy Village,

28 e 29 de Junho de 2023



MINEC-GON



USAID
DO Povo Americano

Brot
für die Welt

Conferência sobre a Governação dos Recursos Extractivos e Prevenção de Conflitos

Oportunidades e desafios para uma gestão inclusiva e pacífica dos recursos extractivos em Moçambique

Termos de Referência

1. Introdução e Contexto

Na última década e meia, Moçambique tem registado um crescente investimento no sector extractivo, com particular destaque para a indústria de gás. Esta tendência, tornou a indústria extractiva no subsector que mais contribui para a economia do país. Apesar desse crescimento, os benefícios para os cidadãos, sobretudo das zonas hospedeiras, ainda são incipientes.

Ao nível das comunidades, a exploração dos recursos transformou-se numa fonte de conflitos comunitários e reforçaram a desconfiança, a corrupção e a percepção de marginalização e desigualdade. Um estudo apresentado pelo TIPS , aponta que em Moçambique, os conflitos ocorrem tipicamente entre empresas multinacionais e as comunidades onde o governo a nível local, provincial e central é também uma parte interessada. O conflito implícito ocorre muitas vezes entre o governo central, que controla o licenciamento da exploração dos recursos minerais, e os governos distritais, que têm de gerir as consequências. Existem também conflitos internos entre as comunidades, embora a maioria deles sejam resolvidos localmente, para o melhor ou para o pior, e tendem a não deixar qualquer registo para o mundo exterior. O estudo aborda também dentre vários, os conflitos em relação à compensação de 20% por exemplo, segundo a legislação, as comunidades têm direito, os comités de gestão dos recursos naturais queixam-se da ingerência do Estado e do Governo na utilização deste montante.

Dados levantados pelo IMD (2022), também apontam que ao longo de duas décadas de exploração dos recursos naturais em Moçambique (2000 a 2020) é possível identificar alguns conflitos no âmbito do sector da indústria extractiva ligados a indemnização, reassentamento, conflitos ligados aos 2,75%, conflitos ligados a questões ambientais e violação dos direitos humanos. Mediante a este cenário, nos últimos anos, o governo de Moçambique tem estado a reajustar o quadro legal que regula este sector com vista a se adequar as dinâmicas sociais e economias do país e dos respectivo sector.

Em Novembro de 2022, o Governo efectuou a revisão pontual das leis de minas e petróleos no sentido de adequar ao programa de aceleração económica aprovada em 2022.

A revisão consistiu em alargar o âmbito dos beneficiários da receita destinada ao desenvolvimento local, bem como acelerar o processo de expansão e desenvolvimento sócio-económico das províncias, distritos e comunidades locais das áreas onde se localizam os empreendimentos mineiros e atenuar as desigualdades económicas.

A par dessas duas leis, está em curso no país a discussão da proposta de Lei do Fundo Soberano. A proposta tem como objectivo a assegurar que as receitas provenientes da exploração dos recursos naturais não renováveis estimulem o desenvolvimento social e económico do país. Mesmo assim, existem demandas, particularmente da sociedade civil, de aspectos a serem integradas na lei e que se espera serem matéria de discussão e adopção pelos parlamentares antes da sua aprovação.

Por outro lado, em 2009 o país aderiu a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) , e foi declarado como país cumpridor em 2012 (ano em que submeteu o Segundo Relatório de Reconciliação referente a 2009).

A ITIE, é regido por um Padrão que requer a divulgação de informações ao longo da cadeia de valor da indústria extractiva, desde o ponto de extração dos recursos, a forma como a receita é encaminhada para o governo, até como o público se beneficia do sector extractivo através das receitas do governo.

Entretanto, não obstante o país registar avanços na transparência, o relatório de avaliação do secretariado internacional do ITIE para a segunda validação de Moçambique como país cumpridor dos requisitos do ITIE aponta para alguns desafios estruturantes que afrontam a ideia de o país exercer uma gestão transparente dos recursos naturais à favor da transformação da economia e em benefício do bem-estar dos moçambicanos.

Apesar de Moçambique ter aderido à ITIE entendia-se que esse mecanismo era, de per si, insuficiente por parecer ser algo opcional (facultativo) e de pouco impacto na actuação dos intervenientes destes sectores, pois, o Parlamento e a Sociedade Civil defendiam a necessidade de reforçar o quadro de monitoria e de controlo das actividades do sector da indústria extractiva consagrando em sede da Lei um organismo inclusivo, independente.

Em resposta, o Estado através da Lei de Minas, no seu artigo 25, prevê a criação da Alta Autoridade da Indústria Extractiva (AAIE). A missão principal da AAIE é o estabelecimento da Alta Confiança no sector extractivo, em todos os aspectos inerentes desde o processo de licenciamento, a partilha de benefícios, a gestão das receitas incluindo as mais-valias, o respeito pelos direitos das comunidades, entre outros. O prazo da sua instalação estava definido para 12 meses após a criação, ou seja, 18 de Agosto de 2015. No ano de 2019, o governo através do Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), apresentou a proposta de Lei de Estabelecimento da AAIE, aos membros do CC.

Mediante a este vários arranjos institucionais e legal que caracterizar o sector da indústria extractiva em Moçambique, o IMD, KUWUKA JDA, ASCUT-CARE, FCA/NRTP, AAAJC, CEDES, OXFAM, CIP, AMA e outras organizações da sociedade civil, decidiram organizar a conferência sobre a governação dos recursos naturais em Moçambique.

A conferência pretende colher experiências locais, regionais e internacionais para contribuir de forma assertiva no debate sobre as práticas da governação dos recursos naturais e conflitos resultantes, assim como estimular a discussão sobre a reforma do quadro legal deste sector, em função das boas práticas a serem partilhadas pelos diferentes intervenientes da conferência.

A conferência será um espaço onde OSC, comunidades e aqueles frequentemente excluídos da tomada de decisões, incluindo mulheres, jovens e grupos marginalizados, de influenciar a cadeia e as políticas de gestão dos Recursos extractivos.

1.1.Objectivos

1.1.1.Geral

- Reflectir sobre as oportunidades e desafios para uma boa governação dos recursos extractivos em Moçambique e conflitos resultantes.

1.1.2.Específicos

- Identificar as potenciais lacunas e aspectos positivos do quadro legal e institucional que regula o sector de minas e petróleos;
- Perceber a gestão e a contribuição das receitas provenientes da indústria extractiva para a diversificação e desenvolvimento socioeconómico;

- Discutir sobre a resolução e mitigação de conflitos associados a exploração de recursos naturais;
- Compreender sobre as boas práticas de inclusão social e gestão ambiental no âmbito da exploração dos recursos naturais.

2.Resultados Esperados

- Identificados os principais aspectos a melhor e a consolidar no quadro legal e institucional do sector de minas e petróleos de Moçambique;
- Conhecidos os factores que contribuem para a diversificação da economia com base nas receitas provenientes da indústria extractiva;
- Lições aprendidas sobre os aspectos a considerar na gestão do fundo soberano para a promoção do desenvolvimento sócio-económico;
- Partilhadas experiências sobre a resolução e mitigação de conflitos resultantes de exploração de recursos naturais;
- Conhecidas as implicações da gestão e partilha de benefícios e conteúdo local para a mitigação de conflitos;
- Identificadas as boas práticas a adoptar para a inclusão social e gestão ambiental no âmbito da exploração dos recursos extractivos; e,

Produzida uma declaração com principais aspectos discutidos e recomendações específicas sobre questões a serem melhorados na governação dos recursos naturais.

3.Metodologia

A conferência irá adoptar uma metodologia participativa caracterizada por apresentação de diferentes temas, sendo precedida por discussões em plenária. Serão formados diferentes painéis compostos por académicos, membros do governo, agências reguladoras, empresas do sector, organizações da sociedade civil e representantes das comunidades.

O evento será híbrido, no sentido de permitir maior participação e inclusão de pessoas interessadas que estejam baseadas fora da cidade de Maputo e a participação de alguns oradores que irão intervir a partir do estrangeiro

4.Participantes

Está prevista a participação de académicos do nível nacional e internacional, membros do governo, agências reguladoras, empresas do sector, organizações da sociedade civil e representantes e membros das comunidades directamente afectadas pela exploração dos recursos extractivos.

5.Local e Data

O evento terá lugar na Cidade de Maputo, Hotel Indy Village, nos dias 28 e 29 de Junho de 2023.

6.Pessoas de Contacto

Germano Brujane

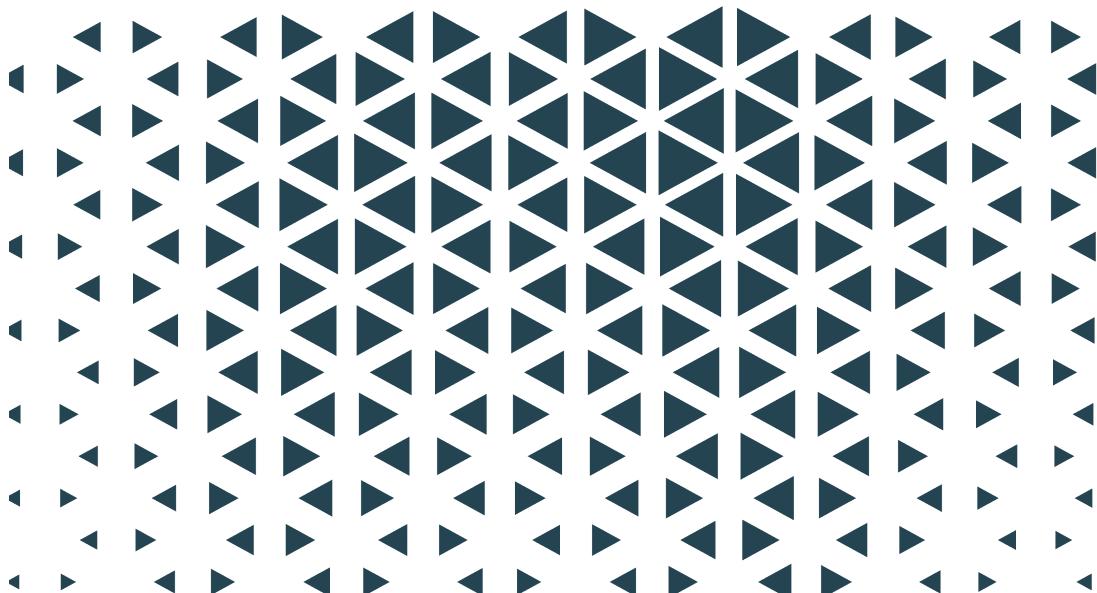
Telemóvel: +258 84 4260015
e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale

Telemovel: +258 84/87 2880190
e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão

Telemóvel: +258 874403143
e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br



Programa

Hora	Actividade	Responsável	Moderador
I DIA			
08:30 - 09:00	Chegada e registo de participantes	Protocolo	Protocolo
Sessão de Abertura			
09:00 - 09:30	Contexto e Objectivos da Conferência	Hermenegildo Mulhovo, Director Executivo do IMD	Stiven Ferrão, AAAJC
	Intervenção da União Europeia	Alicia Martin Diaz, 1ª Conselheira da Delegação da União Europeia em Moçambique	
	Discurso de Abertura	S.Excia Carlos Joaquim Zacarias, Ministro dos Recursos Minerais e Energia (MIREME)	
Key note speech: Indústria Extractiva e Resolução de Conflitos decorrentes da exploração dos Recursos Naturais			
09:30 – 10:10	Indústria extractiva e conflitos decorrentes da exploração dos recursos naturais	Sérgio Chichava, Director do IESE	Stiven Ferrão, AAAJC
10:10 – 10:30	Foto de Família e Lanche	Todos	
Painel I: Mecanismos Legais de Prevenção e Mitigação de Conflitos no Sector Extractivo			
10:30 – 11:30	Conflitos e Recursos Naturais: Situação de Conflitos na região da SADC e no East Africa Mecanismos de prevenção e mitigação	Monametsi Sokwe, Executive Director SADC Council of Non-Governmental Organizations Júlio Calengo, LDH	Lacerda Lipangue, Consórcio TIPS

Pessoas de contacto

Germano Brujane - Telemóvel: +258 84 4260015 e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale - Telemóvel: +258 84/87 2880190 e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão - Telemóvel: +258 874403143 e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br

	Quadro Legal para Prevenção e Resolução de Conflitos no Sector Extractivo em Moçambique	MIREME	
	Mediação de Conflitos e Exploração de Recursos Naturais: Lições de Myanmar	Philip Gasset, Expert	
11:30 – 12:30	Debate	Todos	

Painel II: Partilha de Casos e Experiências de Litigação de Conflitos no Sector Extractivo

12:30 – 13:30	Litigação de Conflitos no Sector Extractivo – alguns exemplos	João Nhampossa, OAM	ASCUT/CARE
	Mecanismos de Resolução e mitigação de conflitos: partilha de experiência dos distritos de Montepuez e Balama na província de Cabo Delgado	Associação do Meio Ambiente (AMA)	
	Como os conflitos decorrentes das actividades do sector extractivo causa insegurança para o sector privado	Kenmare	
	Violação de Direitos Humanos e responsabilização na indústria extractiva: O papel da sociedade civil	AAAJC	
13:30 – 14:00	Debate	Todos	
14:00 – 15:00	Intervalo para Almoço	Todos	Protocolo

Pessoas de contacto

Germano Brujane - Telemóvel: +258 84 4260015 e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale - Telemóvel: +258 84/87 2880190 e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão - Telemóvel: +258 874403143 e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br

Painel III: Monitoria de Impactos ambientais, Processos de Reassentamentos e Justa Compensação como mecanismo de Prevenção e Mitigação de Conflitos no âmbito da Indústria Extractiva

15:00 – 15:45	Desafios na implementação dos planos de gestão ambiental	Dr. Josimar Biosse, AQUA	Tomás Vieira Mário SEKELEKENI
	Impactos ambientais sobre as comunidades nas zonas de exploração mineira: o caso de Moatize	KUWUKA JDA	
	Revisão do regulamento de reassentamentos: um processo inacabado	CTV	
	Mecanismos independentes de Reclamações e o seu potencial para mitigação de conflitos: Lições a partir de Montepuez	MRM	
15:45 – 16:30	Debate	Todos	
16:30	Fim dos Trabalhos		

II DIA

08:30 – 09:00	Registo dos participantes e lanche	Protocolo	Protocolo
09:00 – 09:10	Notas Iniciais	KUWUKA JDA	IMD

Pessoas de contacto

Germano Brujane - Telemóvel: +258 84 4260015 e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale - Telemóvel: +258 84/87 2880190 e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão - Telemóvel: +258 874403143 e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br

Painel IV: Transparência e Prestação de Contas no Sector Extractivo

09:10 – 09:55	Transparência e Prestação de contas no Sector Extractivo: Situação dos Países da Região	Gilbert Mankore, Director Regional para África Lusofona e Anglofona	Fátima Mimbire, Nweti	
	Como a transparência na gestão e partilha de benefícios dos recursos extractivos constitui um mecanismo de prevenção de conflitos?	Calton Cadeado, UJC		
	Processo de Implementação da Iniciativa de Transparéncia em Moçambique: situação actual de Moçambique	Secretariado da ITIEM		
	AAIE e Transparéncia no Sector Extractivo & Transparéncia (acesso à informação) na resolução de conflitos	Rui Mate, CIP		
09:55 – 10:40	Debate	Todos		

Painel V: Gestão e Partilha de Benefícios resultantes da exploração dos recursos extractivos como ferramentas de Prevenção e Mitigação de Conflitos

10:40 – 11:20	Desafios e Oportunidades na alocação de benefícios para o desenvolvimento das comunidades hospedeiras	Enilde Sarmento, Directora Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, MEF	KUWUKA JDA
	Fátima Mimbire, Nweti		
Conteúdo Local – boas práticas		José Mendes, Câmara de Ernégia	
11:20 – 12:10	Debate	Todos	

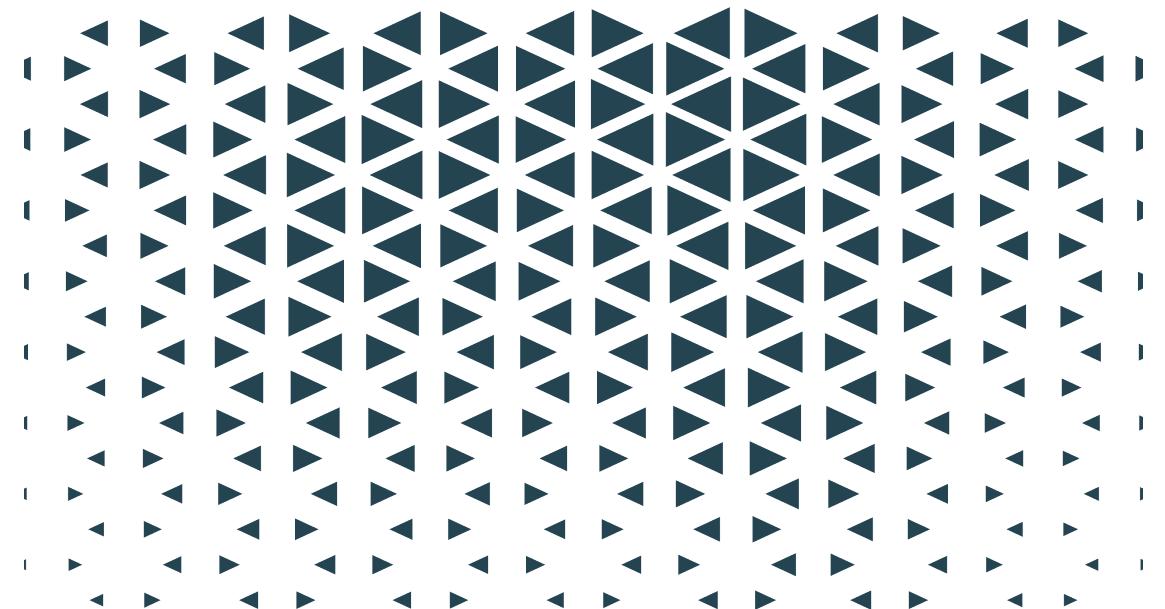
Pessoas de contacto

Germano Brujane - Telemóvel: +258 84 4260015 e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale - Telemóvel: +258 84/87 2880190 e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão - Telemóvel: +258 874403143 e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br

12:10 – 12:25	LEITURA DA SINTESE DA CONFERÊNCIA	Representante da Comunidade	
Sessão de Encerramento			
12:25 – 13:40	Intervenção do Consorcio ASCUT	Representante da KUWUKA JDA	CEDES
	Intervenção de Enceramento	Representante do MIREME	
13:40	Fim da Conferência Almoço		Todos



Contactos

Germano Brujane

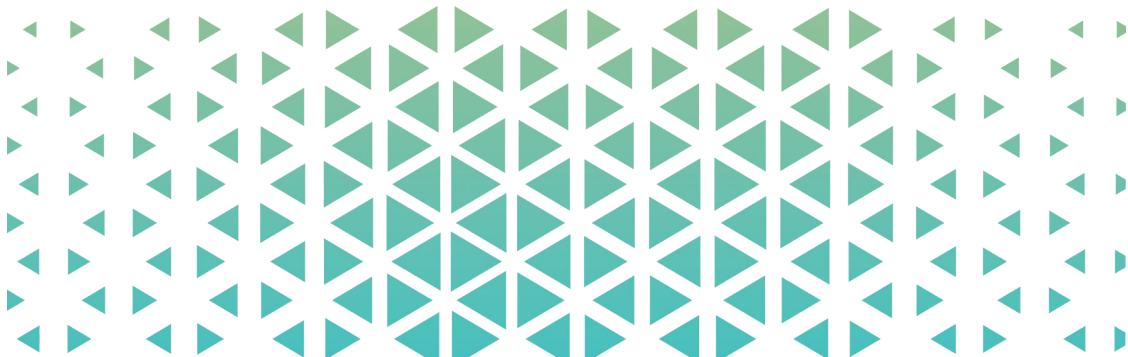
Telemóvel: +258 84 4260015
e-mail: brujanegermano@gmail.com

Fidália Chivale

Telemovel: +258 84/87 2880190
e-mail: fidalia.chivale@imd.org.mz

Stiven Ferrão

Telemóvel: +258 874403143
e-mail: stivenferrao@yahoo.com.br





Financiadores



USAID
DO Povo Americano

Brot
für die Welt